

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESTILO DE VIDA URBANO

Maria Amália Pereira BARRETO*

RESUMO: Este trabalho consiste numa reflexão sobre alguns termos como urbano, estilo de vida, estilo. Os autores consultados foram Simmel, Park, Redfield, Wirth, por um lado e Schütz, Berger e Luckmann, por outro.

UNITERMOS: Antropologia urbana; estilo de vida; urbano; fenomenologia.

Este tema foi abordado a partir de uma certa perplexidade minha frente a certos problemas surgidos em decorrência de minha vivência em centros urbanos. Não posso dizer que tenha encontrado respostas acabadas ou soluções definitivas, mas desenvolvi, com o auxílio de algumas leituras, várias reflexões, que são apresentadas aqui.

Percebi, quando o problema surgiu, que, embora tenha uma experiência vivida sobre estilo de vida urbano, havia, em meu repertório cognoscitivo, um vazio conceitual em relação a estes termos; *estilo de vida e urbano* eram, para mim, coisas naturalmente dadas, em relação às quais nunca me interroguei seriamente. Quando comecei a me perguntar o que era *estilo, estilo de vida e urbano*, o problema colocou-se em toda a sua amplitude. Minha “*démarche*” então foi, ao mesmo tempo em que me voltava para minha experiência vivida, percorrendo os vários tipos de cidade em que já vivi (pequena, média e grande metrópole), em busca de uma definição sobre os termos, procurar, na bibliografia lida até o momento, uma orientação para que se esclarecesse o problema.

Percebi que, na bibliografia consultada, um grande corte (ou cisão) poderia ser feito, agrupando os autores em dois conjuntos distintos; é claro que este corte só pôde ser feito às custas de se perder, de cada autor, contribuições valiosas e com vantagem única de trazer uma clareza analítica. Assim, de um lado agrupei Simmel, Park, Wirth e Redfield, que, a meu ver, colocam “estilo de vida” como decorrência do fenômeno urbano. No outro grupo estariam Schütz, Berger e Luckmann, que colocariam “urbano” como decorrência de

* Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação – UNESP – 17.500 – Marília - SP.

um “estilo de vida” (ou vários estilos de vida). Os últimos autores nem tratam especialmente do tema (“estilo de vida urbano”), mas creio que suas teses, se referidas a este contexto, levariam a esta conclusão.

É uma simplificação grosseira, como toda proposta de esquematização, e precisa ser, no mínimo, justificada no interior dos textos de cada autor.

O ecologismo da Escola de Chicago pode ser reportado ao fato de que seus componentes pretenderam definir um modo de vida a partir de determinantes sócio-espaciais. A cidade possuiria uma lógica própria, uma espécie de lógica urbana, que atuaria tanto em nível individual(10) quanto a nível de bairros(7).

Simmel trabalha com a noção de indivíduo, mas indivíduo biológico, ligado à noção de estímulo nervoso. A cidade bombardeia o indivíduo com uma chuva de estímulos determinando, em consequência, formas de comportamento específicas.

Para Park, a cidade é um organismo que tem uma série de funções diferentes, divididas em áreas específicas. O problema fundamental seria como coordenar estas diferentes áreas.

A toda área diferenciada corresponde um *ethos*, um estilo de vida próprio. Park utiliza a noção de região moral vinculada estreitamente a uma noção de espaço.

Em WIRTH, encontramos um “ecologismo” um pouco mitigado. De início, procura descartar alguns critérios já usados para definir cidade, como número, espaço físico, densidade, profissão, instalações específicas, instituições, formas de organização política, etc., pois, tomados isoladamente, são para ele arbitrários para marcar um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos.

Define cidade como: “um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” (12: 96).

Procura expor um número limitado de características que identifiquem a cidade; a partir dessas características, busca indicar consequências que dela se originam. Para ele, o problema central do sociólogo é: “descobrir formas de ação e organização social que emergem em agrupamentos compactos, relativamente permanentes de grande número de indivíduos heterogêneos” (12: 97).

Assim, os elementos fundamentais do urbanismo são: tamanho, densidade, permanência e heterogeneidade. O caráter da vida social é, portanto, moldado por esta forma especificamente urbana; o modo de vida urbano decorre ou é consequência da existência desses fatores.

Em relação ao tamanho, por exemplo, temos que quanto maior for o número de habitantes, maior será a diferenciação entre eles, tendo como consequência: tendência ao desaparecimento das tradições de *folk*, substituição dos vínculos de solidariedade pela concorrência e mecanismos formais de controle; as relações de conhecimento pessoal tornam-se segmentárias, incompletas, menos intensivas; a cidade se caracteriza mais por contatos secundários do que primários, que têm como consequência: superficialismo, anonimato, caráter transitório das relações urbano-sociais, etc.

Desse modo, cada um desses elementos que definem a cidade contribui para o estabelecimento de traços característicos do modo de vida urbana, que, em resumo, seriam:

1. substituição de contatos primários por secundários;
2. enfraquecimento dos laços de parentesco;
3. declínio do significado social da família;
4. desaparecimento da vizinhança;
5. corrosão da base tradicional da solidariedade social.

A cidade teria, para Wirth, o poder de determinar mudanças no comportamento social.

Para REDFIELD(8), a cidade é o local onde tem lugar a mudança cultural. Ele estabelece dois tipos ideais de cidade, em relação ao papel desempenhado por elas no desenvolvimento, declínio ou transformações culturais:

1. *Cidade de transformação cultural ortogênica* – é o tipo de cidade que preserva, num processo de reflexão contínua e sistemática, a cultura tradicional; é a cidade da ordem moral;

2. *Cidade de transformação heterogênica* – é a cidade que se caracteriza pela criação de modos originais do pensamento, que se impõe à tradição; é a cidade da ordem técnica, onde as culturas locais são desintegradas e novas integrações são desenvolvidas.

Para Redfield, cada cidade é ambas estas coisas; o que importa é a predominância em uma das direções numa dada época.

Há variações contínuas entre cidades que se aproximam da sociedade de *folk* e sociedades urbanas. Há um continuum – vila tribal, vila camponesa, pequena cidade e grande cidade – onde se acentuariam, no pólo urbano, tipos de comportamento que se caracterizariam pela maior dependência das instâncias de controle impessoal, menor religiosidade e, conseqüentemente, maior racionalidade, assim como maior liberdade de ação e opções individuais.

A sociedade urbana geraria, segundo seu grau de densidade e heterogeneidade, formas cada vez mais acentuadas de comportamento secular e individual, assim como uma cada vez maior fragmentação de papéis sociais.

O que há de comum a esses autores, e o que interessa aos meus objetivos neste trabalho, é que todos postulam a existência autônoma do fenômeno urbano e, a partir da definição de suas características fundamentais, concluem, necessariamente, pelo estabelecimento de um modo de vida urbano, com um comportamento específico. Importa menos agora, mas em todos eles também há como que uma apreciação negativa da “vida urbana”, inevitável, em contraposição a um estado ideal “bucólico”, passado. São juízos de valor que permeiam suas obras e são perceptíveis, numa leitura atenta.

Os outros dois textos, de SCHÜTZ(9) e BERGER & LUCKMANN(2), se apóiam no método fenomenológico e são os pressupostos deste método que iremos inicialmente examinar(1).

Husserl não pretendeu criar mais uma filosofia, cujo destino seria “o silêncio do museu da História”, mas pretendeu firmar a fenomenologia sobre uma base absolutamente radical e dotá-la de um método apropriado. Procurou radicar a fenomenologia em bases anteriores a qualquer metafísica constituída. As metafísicas clássicas que dividiam a filosofia tradicional eram o realismo e o idealismo. Tanto o idealismo quanto o realismo partem, no entanto, da mesma dualidade: existe um sujeito que conhece e um objeto a ser conhecido, como coisas distintas. Ambas as metafísicas partem das oposições:

| | | |
|-------------|---|----------|
| sujeito | – | objeto |
| alma | – | corpo |
| inteligível | – | sensível |

Isso sempre criou, no campo da filosofia, contradições insuperáveis. A fenomenologia procura radicar-se num território anterior a estas oposições, com o princípio de ordem: “voltar às coisas mesmas”, ao fenômeno, ao que aparece ao olhar ingênuo e pré-reflexivo. Filosofar passa a ser aprender a ver o mundo, isto é, trazer para o discurso o ato de ver o mundo. O ato de ver o mundo e o discurso sobre o mundo se recobrem, isto é, há uma concordância entre a visão do mundo e o discurso sobre o mundo. Da mesma forma que é abolido o hiato entre o sensível e inteligível, é abolida a dualidade sujeito-objeto; não existe mais uma consciência cognoscente pura por um lado e objetos por outro. Sujeito e objeto são enraizados um no outro. Toda consciência de si só é possível pela consciência do mundo.

Husserl, além de procurar resolver as antinomias clássicas da filosofia, procura também resolver a crise das ciências humanas. Para nos limitarmos à sociologia, vemos que ela tendia a apresentar-nos todo pensamento, toda opinião, toda filosofia como resultado de causas sociais. Isso fazia com que ela própria ficasse desacreditada em seus pressupostos, pois seus fundamentos são desacreditados, na medida em que todo pensamento é somente o resultado de causas exteriores que atuam sobre ele e não há, portanto, razões verdadeiras algumas pelas quais se afirma qualquer coisa. Se o espírito está sempre exteriormente condicionado, é impossível constituir qualquer ciência. O sociologismo, se conseqüente, torna-se um ceticismo radical, pois, se tudo é expressão de uma situação social, isso volta-se contra a própria sociologia e ela deixa de ser ciência, na medida em que ela própria passa a ser apenas a expressão de uma situação social.

Husserl não pretende negar os condicionamentos e afirmar uma esfera de verdade, onde o pensamento puro chega sem sofrer condicionamento algum: não afirma o logicismo como solução para a crise das ciências humanas, porque reconhece que o pensamento, a qualquer momento, está enraizado no tempo. O que ele procura é tornar os condicionamentos sofridos em condicionamentos conscientes, através da redução fenomenológica.

A consciência está sempre orientada para o ser que se oferece como *sentido*. O método fenomenológico procura descrever, a partir da suspensão eidética, a coisa “como ela é”; a redução fenomenológica não é uma visão sobrenatural, mas consiste em saber

distinguir o fato que vivemos e o fato cultural que vivemos através dele, isto é, explicitar o sentido para o qual a consciência está orientada e vive. A redução fenomenológica é o procedimento básico do método fenomenológico.

Husserl não constituiu uma sociologia fenomenológica. Procurou explicitar as bases da sociologia; no entanto, pode-se falar em “escola fenomenológica”, na medida em que, inspirados na fenomenologia, vários sociólogos procuraram construir um corpo teórico sistemático.

A sociologia de inspiração fenomenológica procura um meio-termo entre o subjetivismo simplicista e o objetivismo que vê o mundo como um sistema de positividade. A objetividade verdadeira consiste em “ir às próprias coisas” e, após descrevê-las, interpretar o seu sentido. Os fenômenos humanos não são idênticos aos fenômenos naturais; nas ciências humanas, explicar é, antes de mais nada, compreender.

“É tão falso colocar-nos na sociedade como um objeto no meio de outros objetos, como colocar a sociedade em nós como objeto de pensamento, e de ambos os lados o erro consiste em tratar o social como um objeto” (5:415). O que Merleau Ponty pretende é afirmar que o social não pode ser definido como objeto. Mas, a partir daí, há um pequeno passo para a dissolução dos fatos sociais nos comportamentos individuais (Monnerot afirma: “não existe sociedade”). O social não é apenas reduzido a uma representação individual, mas a investigação sociológica passa a se referir ao que pensam das modalidades do social as individualidades analisadas. O social é tomado como vivência e trata-se de descrever esta vivência para interpretar e reconstituir seu sentido.

O que Berger e Luckmann procuram fazer é conciliar os enunciados de Durkheim – “considerar os fatos sociais como coisas” – e o de Weber – “o objeto de conhecimento é o complexo de significados subjetivos da ação”. Procuram então, na descrição do processo dialético da relação entre o homem e o mundo social, a instância objetiva e a dotada de significação.

Para eles, a exteriorização da atividade humana é decorrência do deficiente equipamento biológico do homem que o incapacita de fornecer a si mesmo uma direção estável para a conduta. A ação humana rotinizada precede a institucionalização, que ocorre sempre que há “tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (2: 79). O mundo institucional transmitido para as gerações seguintes é experimentado por elas como uma realidade objetiva, anterior e exterior. O terceiro momento da dialética é o momento da interiorização, onde o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência no curso da socialização. Assim temos (2: 87):

1. *A sociedade é um produto humano* (exteriorização).
2. *A sociedade é uma realidade objetiva* (objetivação).
3. *O homem é um produto social* (interiorização).

Mas alguma coisa complementa o esquema: o conhecimento “situa-se no coração” desta dialética fundamental da sociedade (2: 94):

1. “Programa” os canais pelos quais a exteriorização produz um mundo objetivo;

2. Objetiva este mundo por meio da linguagem e do aparelho cognoscitivo baseado na linguagem e ordena-o em objetos que serão apreendidos como realidade;
3. É interiorizado como verdade objetivamente válida no curso da socialização.

O “conhecimento” a que eles se referem é o conhecimento do senso comum, que constitui o “tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (2:30). A realidade predominante é a da vida cotidiana, que é a “realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido na medida em que forma um mundo coerente” (2:35). O propósito da sociologia deve ser o “esclarecimento da realidade, tal como é acessível ao senso comum” (idem). Esse conhecimento é, portanto, aquilo que é socialmente estabelecido como realidade; o conhecimento, permeando todas as fases da dialética social e sendo o “tecido de significados” é a realidade construída socialmente e que se encontra, primeiramente, no pensamento individual dos membros da sociedade.

Voltando à segunda parte da dicotomia inicial proposta e tentando esclarecê-la (o urbano é consequência de estilos de vida para estes autores), diria que a análise intencional, detendo-se nas consciências, procurará nelas o que seria para elas a realidade social. Apesar de Berger e Luckmann pretenderem conciliar Durkheim e Weber, ao usarem o método fenomenológico, não investigam os fatos sociais como se apresentam na consciência dos indivíduos? O mundo institucional, por exemplo, não é o *experimentado* como uma realidade objetiva pelas gerações que estão sendo socializadas?

“O significado subjetivo do grupo, o significado que um grupo tem para seus membros é descrito como um sentimento entre os membros de que eles pertencem ao conjunto ou que compartilha interesses comuns” (SCHÜTZ, 9:82). É, portanto, o sentimento de compartilhar de um sistema comum de tipificações e relevâncias. “Essa aceitação de um sistema comum de relevância leva os membros do grupo a uma autotipificação homogênea” (9:82). O estilo de vida estaria em relação ao quadro comum de tipificações e relevâncias que “é dado aos atores individuais como um código de orientação e interpretação para suas ações” (9:83). A partir, portanto, da compreensão do significado subjetivo de pertinência ao grupo, poder-se-ia, creio, definir o urbano. É preciso, no entanto, assinalar que, para Schütz, o contexto dado (estilo de vida predominante) é uma mera *chance* na determinação do modo das pessoas agirem de determinada forma – cabe aos membros do grupo definir constantemente sua situação individual dentro desse contexto.

Pode-se também compreender porque se deve falar, nessa perspectiva, de vários estilos de vida urbanos. O interesse das pessoas espelha-se por vários assuntos, situados em níveis diferentes. Cada indivíduo tem sua própria ordem privada de relevâncias (importante assinalar que o indivíduo não é aqui o organismo biológico, mas o eu social, formado em um determinado ambiente cultural e só assim compreendido) e escolhe com que parte de sua personalidade quer participar nos diferentes grupos que congregam, cada um, parte de seus interesses. Esses grupos têm certas expectativas quanto ao modo de vida de seus associados (costumes, hábitos, moralidades, tabus, etc.) que, apesar da

redefinição constante por parte de cada elemento do grupo, têm estas expectativas satisfeitas. O urbano, *per se*, não determina nenhum interesse e congrega *n* estilos de vida.

Depois desta incursão, em que talvez violentei um pouco o pensamento de cada autor, volto às minhas próprias reflexões. Como disse de início, não consegui concluir nada de modo absolutamente definitivo. Alguns pontos, no entanto, parecem-me mais claros:

1. A cidade, se partirmos de suas características ecológicas (espaço, população, etc.), não determina de modo absoluto nenhum estilo de vida específico.
2. No entanto, pode proporcionar ou sugerir determinados modos de vida.
3. A cidade deve ser localizada num contexto abrangente, em que a crescente especialização do trabalho é um fato a ser considerado (VELHO, G. 11).
4. Aceito a definição de GRANGER (4: 19) de estilo como o uso do simbolismo. "...parece-nos que um simbolismo, tomado estritamente em si mesmo, não tem, propriamente falando, estilo e que se poderia enunciar uma espécie de princípio de relatividade dos sistemas simbólicos; os componentes de estilos de um sistema variam com o referencial, o ponto de aplicação de seu simbolismo" (idem). Toda prática comporta um estilo e o estilo não se reduz aos fatos; faz parte do que se pode chamar significação, que "resulta da colocação em perspectiva de um fato no interior de uma totalidade" (4: 20).

Participar de um mesmo estilo de vida seria, portanto, usar, de maneira comum, um simbolismo comum. A cidade proporciona o estabelecimento de diferentes códigos particulares que identificariam seus membros. A participação nesses subuniversos de significação não seria, a princípio, tão de livre arbítrio das pessoas, como uma opção *ex-nihil*, mas há limites ou imposições dadas tanto pela posição de classe (BOURDIEU:3) quanto pelo nível de expectativas que o grupo coloca, que tanto podem ser de ordem pessoal (grau de instrução, de informação, etc.), quanto de ordem econômica (determinado padrão de vida que só muito dinheiro consegue manter), de ordem funcional ou qualificação profissional (ser funcionário de determinado órgão, ter determinada profissão), etc, etc. Quando há a conjugação dos fatores: ocupar determinada posição de classe e poder preencher as expectativas do grupo, além dos interesses comuns, o indivíduo pode pertencer a um grupo e participar de um mesmo código, usando as significações comuns.

A cidade não é um pano de fundo amorfo, mas se constituiu, por várias razões, de ordem social, política, econômica, histórica, num centro convergente de múltiplos interesses, podendo ser considerada como uma "variável contextual" (OLIVEN, 6:138). A cidade pode ser importante para a vida social proporcionando um contexto que pode ser decisivo para a eclosão de determinados fenômenos sociais.

Mas o que seria, propriamente falando, o urbano? É um espaço físico, com determinadas características populacionais? É o que pode ser descoberto a partir da vivência das pessoas? É algo que pode ser definido *per se* ou apenas num contexto histórico? É difícil, de qualquer forma, escapar a uma relação causal entre formas ecológicas e estruturas sociais – e é esse o equívoco que norteia a maior parte da política de planejamento atual.

Mas creio, para finalizar, que não existe uma cultura urbana em abstrato e nem conseqüentes estilos de vida, mas a cultura urbana estaria incluída num contexto mais amplo, peculiar a cada sociedade.

Assim, modos de vidas urbanos deveriam ser detectados em estudos concretos, feitos em diferentes meios urbanos, levando-se em conta as características mais amplas da sociedade abrangente, como sua história, sua cultura, sua economia etc. Estilos de vida seriam apreendidos num corte sicrônico, sem, no entanto, que a diacronia da sociedade fosse desprezada.

BARRETO, M. A. P. – Some considerations on urban life style. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10 169-176, 1986/87.

ABSTRACT: This paper consistis in some reflexions about terms like urban, life style, style. The authors consulted were Simmel, Park, Redfield and Wirth and Wirth by one way and Schütz, Berger and Suckmann by another.

KEY-WORDS: Urban anthropology; life style; urban; fenomenology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARRETO, M. A. P. – *Introdução à fenomenologia*, 1974. (mimeog.)
2. BERGER, P. & LUCKMANN, T. – *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
3. BOURDIEU, P. – Condição de classe e posição de classe. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974. p. 3-25.
4. GRANGER, G.G. – *Filosofia do estilo*. São Paulo, EDUSP/ Perspectiva, 1974.
5. MERLEAU-PONTY, M. – *Phènoménologie de la perception*. Paris, Gallimard, 1945.
6. OLIVEN, R. G. – A cidade como categoria sociológica. *Dados*, (19): 135-46, 1978.
7. PARK, R. E. – A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. – *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 26-67.
8. REDFIELD, R. – *The cultural role of cities*. Indianapolis, Bobbs-Merril, s. d.
9. SCHÜTZ, A. – *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
10. SIMMEL, G. – A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. – *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 11-25.
11. VELHO, G. & MACHADO, L. A. – Organização social do meio urbano. In: *ANUÁRIO antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. p. 71-82.
12. WIRTH, L. – O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. – *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 90-113.